

# As coalisões transnacionais de organizações da sociedade civil e as reformas dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: algumas proposições para um debate

Jonathan A. Fox<sup>1</sup>  
Aurélio Vianna Jr.<sup>2</sup>

Cada vez mais os otimistas falam sobre a emergência de uma nova sociedade civil global. A isto, os céticos respondem: *Mostrem-me onde as Conferências das Nações Unidas e a Internet fizeram realmente alguma diferença para vida das pessoas comuns em suas localidades...*

Aqui, dois otimistas céticos, um do “Norte” e outro do “Sul”, formulam algumas proposições para esta discussão a partir de uma rápida análise sobre o trabalho das coalisões transnacionais de organizações da sociedade civil (OSCs) no processo de reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e, mais particularmente, do Banco Mundial.

A) *As redes de organizações da sociedade civil têm avançado consideravelmente com o passar do tempo, mas não o suficiente se comparadas ao acelerado passo da globalização em outras arenas.*

As redes de sociedade civil transnacionais têm crescido em atuação e representatividade, mais notavelmente em temáticas relativas aos direitos da mulher, aos povos indígenas e à defesa do meio ambiente. Ao mesmo tempo, comparadas com as articulações de outros atores – como por exemplo, industriais, banqueiros, empresários de mídia, dirigentes governamentais, narcotraficantes – diante do processo de globalização, verifica-se que os esforços no fortalecimento da sociedade civil ainda são insuficientes para fazer frente aos desafios colocados pela constituição do Acordo Norte-americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – NAFTA), da União Européia, da Organização Mundial do Comércio e mesmo do Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul. Com efeito, as sociedades civis dos Estados nacionais encontram-se profundamente isoladas dos atores que lideram o processo de integração nos grandes blocos econômicos.

As razões para este isolamento não são assim tão óbvias, mas uma lição é que ainda que uma integração internacional seja claramente importante, as agendas local e nacional são as que continuam sendo prioritárias para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da mai-

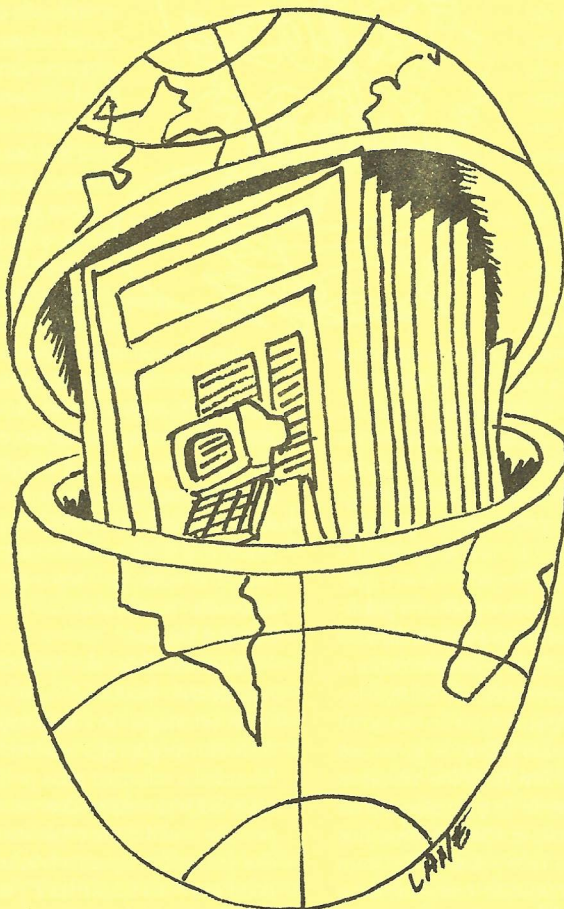
or parte dos “países do Sul”. O problema não é necessariamente a falta de visão ou de interesse das OSCs do “Sul”, mas um diferente horizonte de tempo envolvido. Para as OSCs que organizam-se a partir de uma membresia local, as ações empreendidas em contextos subnacionais e nacional tendem a ter resultados mais imediatos e visíveis, enquanto os benefícios resultantes do investimento no trabalho internacional geralmente exigem um longo período de maturação antes do aparecimento de seus resultados, que nem sempre são percebidos como produto deste trabalho pela população local.

Para colocar isto de uma outra forma, enquanto os benefícios do trabalho internacional de redes de OSCs são amplamente reconhecidos nos contextos

internacionais, seus custos econômicos, sociais e políticos raramente são contabilizados e freqüentemente recaem sobre as entidades locais e nacionais. Em nossa experiência com OSCs que tentam articular internacionalmente trabalhos locais no México e no Brasil, temos visto que, cada semana que um ativista leva em outro país é uma semana que ele perde na construção da capacidade institucional e de mobilização dos membros de sua organização. Resumindo: em setores e países em que a capacidade institucional da sociedade civil é limitada, aumentar o trabalho de rede internacional envolve tanto benefícios quanto custos, que poucas vezes são contabilizados.

B) *Muitas redes de sociedade civil internacional involuntariamente impedem, a partir de seus “estilo” e modus operandi, a participação de importantes OSCs do “Sul”.*

Enquanto muitas OSCs têm usado de forma eficiente fóruns internacionais para influenciar organismos internacionais, grupos nacionais tendem a estar sub-representados nas mesas internacionais de negociação, sendo que uma das principais formas de sub-representação é, paradoxalmente, decorrente do trabalho articulado com organizações do “Norte”. Onde OSCs locais encontram aliados entre organizações ou redes internacionais, a existência destes aliados ou a participação destas OSCs nestas redes, fazem com que freqüentemente sejam consideradas substitutas para a representação das OSCs do “Sul”. Com efeito, muitas vezes a necessidade colocada pelas organizações da família da ONU e pelos BMDs de encontrar um representante que fale em nome da soci-





idade civil planetária, ou pelo menos das OSCs do “Sul”, tem provocado sérios e importantes equívocos.

Ocorre que, em países em desenvolvimento, para cada OSC que ganha acesso às redes internacionais – isto é, que consegue gerenciar recursos humanos e materiais para tanto – existem muitas outras que lutam pelos mesmos recursos com vistas a atender uma agenda local e nacional. O ponto geral aqui está na dificuldade de acesso das OSCs às redes internacionais e a sub-representação das organizações locais e nacionais nestes fóruns de articulação e negociação. Isto sem falar na população que nem mesmo tem representação local ou nacional. A própria limitação provocada pela utilização do inglês como língua franca das redes internacionais – mesmo em casos em que há uma preponderância latino-americana – leva a que muitas vezes a pessoa que assume a representação internacional seja escolhida menos em função de sua capacitação política e efetivo mandato e mais por sua fluência na língua inglesa e possibilidade de participar intensamente de uma agenda internacional. A dificuldade e a sub-representação mencionadas podem diminuir com a constituição e o fortalecimento de redes de OSCs nos níveis subnacional e nacional, que muitas vezes conseguem fazer uma ponte entre as arenas locais e internacional, fazendo com que o trabalho das articulações internacionais reforce o das organizações nacionais e não apenas passem por cima das agendas locais e nacionais.

Estas duas generalizações fornecem um arcabouço para a discussão de uma série de pontos específicos relativos ao trabalho das OSCs frente aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs).

1) *Os BMDs ainda se relacionam primariamente com Estados nacionais, tanto no que se refere aos países doadores quanto aos tomadores de empréstimos.*

Isto pode parecer óbvio, mas muitas OSCs formulam discursos tão otimistas quanto ao processo de globalização da sociedade civil e às reformas das organizações internacionais que criam a impressão de que os Estados nacionais são agora muito menos importantes do que ainda o são. Nós gostaríamos de sugerir que, com o processo de democratização em curso nos países do “Sul”, e em particular da região da América Latina e do Caribe, os esforços da sociedade civil em mitigar os efeitos socioambientais negativos de projetos e políticas financiadas pelos BMDs tendem a ser mais eficazes quando conseguem articular as estratégias nacionais – direcionadas à democratização dos Estados nacionais, de suas políticas públicas e de suas agências de desenvolvimento – com as estratégias internacionais. Isto é, o modelo de intervenção que pode ser personificado em um de seus casos exemplares, o de Chico Mendes com os seringueiros do Acre no Brasil – que implica em uma articulação entre as organizações locais com entidades ambientalistas nacionais e, principalmente, com as sediadas em Washington, para que estas pressionem os BMDs para que pressionem o governo brasileiro – parece fadado a perder espaço político na arena nacional e assim, na eficácia de pressão dos BMDs frente aos governos. Ocorre que, sobre assuntos que impliquem na avaliação de projetos e políticas públicas é relevante atuar prioritariamente a partir do contexto e das dinâmicas dos processos das instituições democráticas nacionais – notadamente o Parlamento e em menor medida o Judiciário – como meio de reforçá-las no novo contexto de consolidação democrática. Assim, a sociedade civil deve desenvolver estratégias que incluam a pressão sobre os governos nacionais, seus parlamentos e o poder judiciário em questões relativas aos BMDs, não somente como países tomadores de empréstimos, mas como acionistas dos BMDs que tem poder de voto em seus Conselhos Diretores. Mesmo no caso de não acionistas ou micro-acionistas com pouco poder de voto, a atuação das OSCs no contexto nacional deve assinalar o fato que os empréstimos geram dívida externa, que deverá ser paga pelo povo, merecendo portanto transparência e fiscalização pública das instituições democráticas nacionais.



Uma das principais lições das campanhas de interesse público para reformar os BMDs é que Estados nacionais, tanto de governos doadores quanto de mutuários, foram o mais poderoso obstáculo para a reforma, e também as mais fortes alavancas para a sociedade civil influenciar os BMDs. Em países doadores, grupos ambientalistas aprenderam como a intervenção no processo democrático nacional pode influenciar o voto dos diretores executivos no Conselho de Diretores do Banco Mundial. Em países mutuários, organizações civis aprenderam como os governos nacionais conseguem influenciar negativamente o voto dos diretores executivos dos Bancos em questões relativas a direitos humanos e conquistas sociais. Com efeito, cabe lembrar o papel destes diretores dos países do “Norte” e do “Sul” frente às recomendações encaminhadas pelo Painel de Inspeção, um dos principais instrumentos da política de transparência pública, e em menor grau de participação, do Banco Mundial. Ora, no recente caso do Painel solicitado para o Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica, o principal *lobby* contra sua instalação foi encaminhado pelo representante do governo brasileiro. Ele argumentou que o Painel não poderia tomar como objeto um projeto do governo brasileiro, pois estaria assim investigando o país mutuário e não as ações do Banco Mundial, como se o Banco não tivesse responsabilidades sobre um projeto por ele financiado e não devesse respeitar suas próprias políticas em relação a esses projetos. Neste caso antes da votação ocorrida no Conselho Diretor o representante brasileiro apresentou um Plano de Ação do governo brasileiro com vistas a solucionar todos os problemas apontados pelo relatório do Painel, e ainda que este não tenha sido apresentado à população beneficiária do Projeto ou a seus representantes, a promessa do governo parece ter sido

decisiva para que os diretores executivos negassem, por pequena margem de votos (52% a 48%), a instalação da inspeção. Ora, a decisiva atuação do representante do governo brasileiro – que foi bastante superior ao poder de voto do Brasil (pouco mais de 1,6%) e conseguiu apoio de países do “Norte e do “Sul” – serve como um exemplo da importância dos Estados nacionais neste organismo multilateral. Assim, somente a partir de uma mudança de postura dos governos nacionais frente à instituição – e neste caso ao instrumento de inspeção – tornar-se-á possível às OSCs operarem com maior sucesso junto aos instrumentos de transparência e participação do Banco Mundial.

Assim, o sucesso da implementação dos novos estilos de empréstimos dos Bancos depende não apenas das mudanças de suas próprias políticas “internas”, mas também da capacidade de OSCs dos países doadores e mutuários em apoiar os atores pró-reformas dos BMDs em seus próprios governos, parlamentos e órgãos do poder judiciário. Mesmo a dicotomia existente entre políticas das OSCs frente a países doadores e tomadores de empréstimo deve ser revista, porque os países mutuários são também acionistas dos BMDs, ainda que minoritários. E, no caso específico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), muitos deles são importantes acionistas se comparados com países do “Norte”, exceto, obviamente, os Estados Unidos.<sup>3</sup>

2) *As coalisões de OSCs tiveram um importante impacto no processo de reformas do Banco Mundial e outros BMDs.*

A estratégia de triangulação de parceria internacional e local dos anos 80 contra megaprojetos com efeitos socioambientais negativos levou o Banco Mundial a reformar suas políticas sociais e de meio ambiente no final dos anos 80 e no início dos anos 90. Esta triangulação envolveu grupos de pressão social norte-americanos e europeus juntamente com aliados locais dos países em desenvolvimento, articulados para influenciar os governos doadores – os com maior poder de voto no Conselho Diretor, no caso do Banco Mundial – para que passassem a pressionar o Banco “por cima”, através de seu Conselho de Diretores. Como resultado, o Banco mudou parte de suas políticas de investimentos em infraestrutura e agora menos



recursos são utilizados para desastres desenvolvimentistas. E, ainda que ocorram desastres financiados pelo Banco, estes são menores que os de uma década atrás. No entanto, cabe assinalar que os efeitos das reformas têm sido parciais e irregulares no que tange às políticas do Banco Mundial, que somente avançaram consideravelmente em algumas áreas, como as de meio-ambiente, de algumas políticas anti-pobreza, de gênero e de educação básica, e muito menos nas áreas de “bom governo” e de direitos humanos, de empréstimos ao setor privado e de políticas macroeconômicas.

Os impactos da atuação das OSCs variam grandemente de acordo com o país, estando diretamente relacionados com a capacidade de intervenção da sociedade civil frente à parceria do governo nacional com o Banco Mundial. As estratégias futuras de intervenções de coalizações transnacionais de OSCs com vistas à mudanças globais devem levar em consideração este mapa de diferenças nacionais.

3) *Ao mesmo tempo que os governos nacionais continuam sendo os parceiros primários dos BMDs, suas janelas de financiamentos diretos à sociedade civil e ao setor privado têm aumentado.*

Aqui a sociedade civil novamente tem se movido rapidamente se comparada ao passado, mas lentamente se comparada a outros grupos. As mudanças nas estratégias de financiamentos do Banco Mundial nos anos 90 têm avançado simultaneamente em duas vertentes. Por um lado, abrindo o acesso direto da sociedade civil aos recursos via Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) e Grupo Consultativo de Assistência aos Mais Pobres (Consultative Group to Assist the Poorest – C-GAP, uma janela de suporte de micro-finanças)<sup>4</sup>. E por outro, por meio do crescimento – bem maior que o anterior – do apoio direto ao setor privado, via a Corporação Financeira Internacional (CFI, do Grupo Banco Mundial) e a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (AGIM, agência de seguro de risco político, também do Grupo). Estes empréstimos ao setor privado ainda não são matéria da maioria das reformas sociais e ambientais do Banco Mundial. Em termos de tratos ao meio ambiente global, por exemplo, um estudo recém realizado revelou que, desde 1992, o Grupo Banco Mundial (incluindo a CFI) investiu 100 vezes mais em financiamentos para utilização de combustível fóssil do que o total da verba do GEF para projetos de combate ao “efeito estufa”. Em termos de problemas sociais, estudos independentes autorizados pelo Banco Mundial descobriram recentemente que o financiamento do CFI para a construção de uma represa privada no Chile (a represa de Pangue no rio Bio-Bio) violava políticas do Grupo Banco Mundial de reassentamento e proteção aos povos indígenas. Enquanto o Banco e as OSCs discutiam como estender os padrões oficiais de reformas para a CFI, a companhia energética chilena saldou o financiamento com a CFI para evitar a vigilância internacional e efetivou um novo empréstimo com um banco privado alemão.

Os grupos internacionais de OSCs, notadamente a Rede Amigos da Terra, rapidamente tentam avançar para aumentar sua capacidade de monitoramento ao setor de investimentos privados do Banco Mundial. As OSCs tem se tornado crescentemente sofisticadas nestes processos e muitas percebem que poderia ser um grande avanço se as novas referências das áreas social e de meio ambiente do Banco Mundial fossem estendidas ao setor de investimentos privados. As OSCs tentam assegurar que as reformas do Banco Mundial sejam efetivamente aplicadas nas atividades de apoio ao setor privado e os grupos locais sejam efetivamente consultados sobre estes investimentos.

4) *O terreno de reformas das BMDs cria novos desafios e requer novas e criativas combinações entre atores e objetivos de mudança.*

Nos anos 80, quando o maior desafio foi fazer com que o Banco Mundial mudasse suas políticas, as coalisões “Norte”/“Sul” de OSCs foram efetivas ao pressionarem os governos doadores (do “Norte”) com vistas às mudanças no Banco. A partir de meados dos anos 90, na onda das reformas das políticas sociais e “verdes” no Banco, o centro de gravidade da luta da sociedade civil

por transparência nos investimentos passou a aproximar grupos locais, OSCs nacionais e setores de parlamentos e governos que estão tentando assegurar uma melhor utilização dos fundos do Banco Mundial e sua priorização para projetos de desenvolvimento sustentável. No entanto, a implementação das reformas com vistas a transformar o Banco Mundial em um impulsionador de políticas e projetos de desenvolvimento sustentável continua a encontrar muitos obstáculos tanto no próprio Banco quanto nos governos de países mutuários/acionistas e nos dos países doadores/acionistas, como por exemplo, verifica-se na resistência do Banco em traduzir seus documentos sobre projetos, agora oficialmente públicos, para os idiomas nacionais.

5) *As demandas por “participação” na elaboração das políticas e no desenho dos projetos financiados pelos BMDs deve incluir os parlamentos nacionais.*

As demandas por participação começaram a ser atendidas pelo BMDs por meio da inclusão das ONGs em instâncias de consulta para projetos e políticas dos Bancos e, fundamentalmente, como executoras de projetos sociais e ambientais. Mais recentemente outras organizações da sociedade civil, como representações sindicais, associações de produtores e de mulheres, começaram a ser aceitos como interlocutores pelos BMDs. No entanto, os BMDs parecem sentir dificuldades em considerar suas políticas e projetos como objeto de um debate mais amplo que envolva, por exemplo, a participação dos parlamentos nacionais.

Ora, a recente experiência brasileira em relação ao Documento de Assistência ao País (Country Assistance Strategy – CAS) do Banco Mundial e ao Documento do País (Country Paper – CP) do BID parece exemplar para esta proposição. A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais tentou conseguir os referidos documentos junto ao governo e aos Bancos, com resposta negativa em ambos os casos, pois trata-se de documentos de circulação

restrita dos Bancos e do governo brasileiro. Ocorre que o Orçamento da União e as autorizações para empréstimos externos passam, no Brasil, pela aprovação do Parlamento. Ora, como justificar então que estes documentos sejam secretos para o Parlamento? A partir dessas assertivas a Rede Brasil fez um trabalho de informação junto aos congressistas quanto à existência dos documentos que tratam da estratégia dos Bancos para o Brasil. O resultado do trabalho foi um requerimento de informações de um deputado enviado pelo presidente da Câmara ao ministro do Planejamento e Orçamento solicitando os documentos “secretos”. E, seguindo as leis brasileiras, o ministro teve que responder enviando os documentos que passaram então ao domínio público

no Parlamento. Com isto, os congressistas começam a se envolver na questão. Assim, a participação do Parlamento ampliou as possibilidades de atuação das OSCs brasileiras e do conjunto da sociedade.

6) *Para sustentar e aprofundar as reformas com vistas a tornar os BMDs agentes impulsionadores de projetos de desenvolvimento sustentável, a distância entre as duas abordagens chave das OSCs frente aos Bancos – confrontação ideológica e obediência cega – devem ser ultrapassadas.*

Algumas OSCs vêem os BMDs como meras fontes de recursos, enquanto outras os vêem como o inimigo público número um, apesar de suas reformas parciais. Em alguns aspectos esta dicotomia tem sido mutuamente conveniente, a partir do momento que os críticos mais radicais não buscam estabelecer diálogo com os BMDs, o que muitas vezes faz com que os Bancos relacionem-se somente com OSCs “colaboracionistas”. Por outro lado, os Bancos muitas vezes sentem dificuldades em estabelecer um franco diálogo com OSCs que mantêm uma postura crítica a suas políticas e projetos.

No entanto, com o novo terreno institucional criado nos Bancos com o encaminhamento de suas reformas parciais e irregulares, a influência da sociedade civil vai depender de estratégias para diminuir a diferença entre as promessas reformistas dos BMDs e suas práticas. Assim, a área cinza entre os extremos da implacável crítica e da incondicional cooperação precisa ser preenchida.

Jane Covey, representante da Organização Não Governamental (ONG)





*Institute for Development Research* frente ao Grupo de Trabalho de ONGs sobre o Banco Mundial (GTONG – NGO Working Group on the World Bank), chama este novo espaço político de “colaboração crítica”, onde atores da sociedade civil articulam-se para encontrar áreas de apoio mútuo com atores pró-desenvolvimento sustentável dentro dos BMDs, sem renunciar a disposição e a capacidade de criticar publicamente os Bancos em outras questões. A esta interessante posição de Covey podemos ainda acrescentar a necessidade das OSCs de encontrar áreas de apoio dentro dos governos nacionais e dos parlamentos, sem no entanto renunciar a capacidade de criticá-los abertamente.

A futura efetividade da ação das OSCs vai depender cada vez mais do sucesso que tiverem ao tomar coisa do passado a tendência de tratar os BMDs, os governos e os parlamentos nacionais como instituições monolíticas. As estratégias de ação serão mais efetivas ao aproximarem os potenciais aliados nas diferentes instituições envolvidas nacionalmente e internacionalmente com as políticas e os empréstimos dos BMDs.

7) *As campanhas frente aos BMDs precisam ter alargadas suas ases políticas e sociais nas sociedades nacionais para obter assim maior influência e legitimidade.*

Existem sinais de progresso na América Latina. No Brasil, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (RB) é o resultado de uma articulação que inclui entidades sindicais, movimentos populares e ONGs, desde as que tratam de desenvolvimento, de meio ambiente até as de direitos humanos. A RB tem buscado “abrasileirar” o debate sobre os BMDs, transferindo o centro de gravidade das decisões de Washington para Brasília, tratando o governo nacional como responsável pelas políticas e projetos dos BMDs por ser acionista dos Bancos, e procurando envolver o Parlamento neste debate. Além disso, busca aproveitar as vantagens e oportunidades que as redes internacionais oferecem. No Equador, o movimento de defesa dos direitos dos índios mais consolidado da América Latina ganhou o direito de participar, como jogador legítimo, tanto do governo, quanto dos BMDs. O movimento é localmente enraizado, mas com um estratégico suporte internacional de entidades de defesa do meio ambiente e dos direitos indígenas. No México, algumas OSCs buscam repensar suas estratégia de relacionamento com os BMDs. Tradicionalmente as OSCs apostaram no confronto direto com os BMDs, com críticas contundentes em torno dos programas de ajustes estruturais, mas ignoravam o processo de reformas socioambientais dos BMDs e as diferentes agendas vindas das organizações locais. Mais ideologicamente orientadas, estas OSCs não atentaram para o fato que, desde o começo dos anos 90, quase metade dos empréstimos do Banco Mundial para o México foram para os setores de combate à pobreza e para a proteção ambiental. O novo estilo de algumas OSCs mexicanas é procurar construir a agenda de atuação frente aos BMDs a partir da parceria com organizações camponesas e indígenas, criando níveis de articulação nacional e internacional para organizações representativas informadas e interessadas em negociar com os BMDs as ações de combate à pobreza rural, sem no entanto deixar seu tom crítico aos programas de ajustes estruturais.

Estas três iniciativas estão buscando construir uma coalisão transnacional baseada na integração vertical, significando que a agenda internacional deve ser construída a partir de agendas locais e nacionais, mais do que por qualquer outra prioridade. Integração vertical efetiva que refere-se à ligação política equilibrada entre as seguintes arenas horizontalmente organizadas: locais, subnacionais, nacionais e internacionais.

O trabalho de diversas redes de articulação civil planetária frente aos BMDs tem se mostrado fraco no desenvolvimento de ações similares em nível internacional, na efetiva articulação entre as agendas nacionais e internacionais no que diz respeito à uma atuação comum com vistas à reforma dos BMDs. As negociações empreendidas pelo Grupo de Trabalho das ONGs sobre o Banco Mundial (GTONG) em Washington, para a elaboração dos Documentos de Estratégia de Assistência ao País (Country Assistance Strategy – CAS) com participação das sociedades civis nacionais, levou a que na região da América Latina e Caribe acontecesse CAS com “participação” em El Salvador e na Colômbia<sup>5</sup>. Ora, o pífio resultado desta experiência de “participação” não pode ser imputado somente ao Banco Mundial ou aos gover-

nos, mas também tem a ver com o caráter da articulação com a sociedade civil local, que não foi consultada ou preparada adequadamente para participar do exercício. O GTONG, indiretamente representando aquelas sociedades, não logrou conseguir envolvê-las no debate preparatório ao exercício participativo.

A Iniciativa de Revisão dos Programas de Ajustes Estruturais (Structural Adjustment Programs Review Initiative – SAPRI) lançada em julho deste ano em Washington pela Rede de OSCs criada em torno da temática (SAPRI Network) e pelo presidente do Banco Mundial James Wolfensohn, conseguiu fazer com que o presidente do Banco Mundial pela primeira vez reconheça as OSCs como parceiras legítimas nos processos de decisão macroeconômicos, e não somente em projetos sociais e ambientais. No entanto, a revisão que está sendo realizada em países como El Salvador e Equador (além de outros na África, Ásia e na Europa Oriental), parece sofrer da mesma debilidade assinalada anteriormente. Com efeito, pouco antes do lançamento da Iniciativa em Washington, o governo salvadorenho anunciou que tinha “desistido” de participar do exercício, mesmo depois de já ter acordado uma série de compromissos com o Banco Mundial e com as OSCs. Por outro lado, no Equador, também no período imediatamente anterior ao lançamento, ainda não havia sido articulada a participação unificada da sociedade civil, o que provocou uma crítica pública do representante governamental. Isto é, o governo equatoriano havia concordado em participar da iniciativa, mas a sociedade civil, em virtude de disputas nacionais e internacionais, encontrava dificuldades em apresentar-se unificada frente ao governo e ao Banco Mundial. Assim, o exercício de revisão por ser uma iniciativa originalmente “washingtoniana” (tanto das OSCs como do Banco Mundial), apesar de buscar vincular-se a diferentes realidades nacionais, em muitos casos não conseguiu transformar a iniciativa em prioridade para as agendas das OSCs nacionais e locais.

Neste sentido, cabe destacar que o que parece aproximar os casos escolhidos para os exercícios do CAS e do SAPRI na América Latina é mais a situação de debilidade de governos nacionais frente ao Banco Mundial – que assim concordaram em participar de ambas iniciativas – e menos a capacidade de intervenção das OSCs nacionais e locais no sentido de garantir espaço político para uma tarefa que implica na revisão das políticas públicas de ajustes estruturais. Ou seja, a não aceitação dos governos brasileiro, argentino e mexicano em participar do exercício do SAPRI pode ter menos a ver com o tamanho e a complexidade das economias dos referidos países e mais com um certo grau de importância econômica e política que estes governos têm frente ao Banco Mundial e outros BMDs.

Concluindo, as redes internacionais criadas em torno dos BMDs têm obtido mais sucesso no controle dos prejuízos causados por projetos financiados pelos Bancos que nas lutas pela ampliação das reformas políticas dos BMDs. A nosso ver, a única forma de ampliar o sucesso da atuação das redes internacionais é trazer completamente seus trabalhos de articulação para a corrente central dos esforços locais e nacionais para a efetiva democratização dos Estados-nacionais, talvez a estratégia mais eficaz de impulsionamento da plena implementação dos compromissos reformistas nos BMDs.

<sup>1</sup> PhD em Ciências Políticas. Professor de Estudos Latino-americanos e Latinos da Universidade de Califórnia, Santa Cruz (Estados Unidos da América, EUA). Colaborador, dentre outras, das seguintes ONGs: Transparência (México) e do Centro de Informações sobre os Bancos (Bank Information Center – BIC, Washington, DC, EUA).

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social. Secretário Executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

<sup>3</sup> O Brasil e Argentina são os segundos países em poder de voto no BID, com 11,07 %, seguidos do México com 7,12% (Relatório Anual do BID, 1996).

<sup>4</sup> O mesmo parece ter ocorrido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a constituição das “pequenas janelas” de fomento a organizações da sociedade civil como o Fundo de Investimentos Multilaterais (FOMIN) e a Facilidade para Operações Especiais.

<sup>5</sup> Alguns funcionários do Banco e dirigentes de ONGs consideram que houve processo similar no Perú.